



3744 - Trabalho Completo - XXIV Encontro de Pesquisa Educacional do Nordeste - Reunião Científica Regional da ANPEd (2018)  
GT23 - Gênero, Sexualidade e Educação

NAS MARGENS, RELAÇÕES DE GÊNERO NO CURRÍCULO: DESENHO DE UM PROBLEMA DE PESQUISA  
Adj Jefferson Vieira Alves da Silva - UFPB - Universidade Federal da Paraíba

O presente trabalho consiste em um ensaio teórico delineando o problema de tese que perseguimos atualmente a respeito da inclusão/exclusão da reflexão de gêneros e sexualidades no interior das práticas curriculares da Educação Básica. O texto desenvolve um argumento, historicamente situado, sobre a necessidade de pesquisas que problematizem as práticas curriculares com gêneros e sexualidades. Sustenta tal necessidade na impressão geral quanto a incipiência, no campo da educação, no tocante as reflexões que tratam de gêneros e currículo em âmbito nacional, como na percepção de que está praticamente ausente nas discussões locais. Ademais, têm se observado, na experiência docente, as dificuldades enfrentadas por educadores em agregar aos temas próprios de suas disciplinas as questões de gênero como tema que transpassa todas as experiências escolares. Nessa direção aponta para a necessidade da produção, socialização e divulgação de pesquisas que tomem as relações de gênero no currículo como urgentes e necessárias no atual contexto político-educacional. Para tanto aciona-se uma filiação teórico-metodológica com as pesquisas pós-críticas em educação, com destaque para os Estudos Culturais da Educação e os Estudos de Gênero e Curriculares na perspectiva foucaultiana.

### NAS MARGENS, RELAÇÕES DE GÊNERO NO CURRÍCULO: DESENHO DE UM PROBLEMA DE PESQUISA

"Certa vez lhe perguntei: 'quando você começa a estudar um assunto, o que o move?' Ele foi rápido: 'Provar que aquilo do qual todo mundo fala não existe'". (MACHADO, 2017, p.66)

Atualmente uma questão da prática curricular toma o cenário educacional nacional *Ideologia de gênero*. Assistimos nos quatro cantos do país uma verdadeira disputa político-cultural em torno das questões de gênero e sexualidade no espaço escolar. Não se trata de disputa restrita ao contexto brasileiro, mas espalha-se pela América Latina e Europa. A chamada *ideologia de gênero* está conectada a discussões sobre educação sexual, saúde reprodutiva das mulheres, reconhecimento das identidades não heterossexuais, entre outras (CAMPANA; MISKOLCI, 2017).

Tampouco é uma questão recente. Alguns pesquisadores vêm investigando a genealogia deste "sintagma": a construção, por grupos fundamentalistas cristãos, de uma (contra)ofensiva político-discursiva aos direitos humanos, às conquistas históricas de mulheres e pessoas LGBTQTTQI (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Transgêneros, Queer e Intersexuais), ao Estado laico, à liberdade docente, entre outros avanços (CAMPANA; MISKOLCI, 2017; JUNQUEIRA, 2017). O ataque é às leis e políticas públicas que adotem a perspectiva de gênero, voltada a prevenir e coibir a discriminação, a violência de gênero, a violência doméstica, a LGBTfobia.

Para se ter uma ideia do quão próximo de nós está esse debate foi aprovado, no último mês de julho de 2018, na Câmara Municipal de Campina Grande/PB, e sancionado pelo prefeito, o Projeto de Lei 82/2017, que proíbe o ensino de (*ideologia de*) gênero nas escolas municipais. O exemplo campinense é apenas mais um entre os muitos projetos que tem sido postos em pauta nas câmaras municipais e assembleias legislativas Brasil afora.

Nesse panorama de ataques "reacionários, conservadores, androcêntricos e homofóbicos" (PARAÍSO, 2018a, p.14) urge ações, pesquisas e formas diversas de resistir, como afirma Paraíso (2018a, p.15), "privilegiando apropriações de conhecimento e pensamentos da ciência, da filosofia e da arte em territórios curriculares plurais". Desta feita, constitui-se um imperativo inquirir *as práticas curriculares nas escolas do ensino fundamental, problematizando a (in)visibilidade da questão de gênero e sexualidade – tanto em sua dimensão de valorização e empoderamento feminino quanto em sua dimensão de visibilidade e garantias de direitos das masculinidades não hegemônicas*. É nessa fissura que inserimos a questão deste texto: O que se passa no cotidiano escolar? *Existe efetivamente algo que possamos chamar de prática curricular sobre questões de gênero no contexto da escola pública paraibana – nas dimensões que têm sido apresentadas nos projetos de lei e audiências públicas sobre a temática? Como o pânico moral desencadeado pelo debate em torno da chamada ideologia de gênero e pela aprovação de leis (como a citada Lei 82/2017 da Câmara Municipal de Campina Grande) se manifesta nas escolas?*

Interessado nessas questões, este texto desenvolve um argumento, historicamente situado, sobre a necessidade de pesquisas que problematizem as práticas curriculares com gêneros e sexualidades (PARAÍSO, 2018). Sustenta tal necessidade na impressão geral de que "no campo da educação, o enfoque de gênero no currículo e nas práticas pedagógicas é ainda incipiente" no nosso país (CARVALHO, 2015, p.102) e na percepção de que está praticamente ausente nas discussões locais. Ademais, têm se observado, na experiência docente, as dificuldades enfrentadas por educadores em agregar aos temas próprios de suas disciplinas as questões de gênero como tema que transpassa todas as experiências escolares.

#### Currículo e Gênero: princípios de uma pesquisa

"Portanto, **currículos + gêneros + sexualidades** juntos podem muito; muito mais do que sabemos; muito mais do que dizemos; muito mais do que temos feito". (PARAÍSO, 2018a, p.13)

Toda produção humana, pensada em sua historicidade, é ela mesma uma produção social, inserida em uma rede de significados diretamente vinculados a um tempo e um espaço específicos. A fabricação dos significados e sua imposição "naturalizada" – quando hegemônicos – efetivam-se em um território de disputas que evidenciam relações (assimétricas) de *poder*. Um poder imprevisível, lacunar, que permite produzir coisas outras.

Nesse contexto de fabricações humanas e suas relações produtivas, emerge o currículo, artefato cultural, histórica e socialmente marcado. Os currículos constituem práticas de produção de sentido nos espaços escolares – mas não apenas nestes. Currículos com gêneros e sexualidades, em nosso contexto atual, imprime um compromisso ético-político no saber institucionalmente produzido, pois vivenciamos *tempos de transformações radicais*, "tempos hostis", sofremos com investidas que objetivam desqualificar e "destituir gênero,

sexualidade” de seu estatuto “científico e construcionista” (PARAÍSO, 2018a: 14), com repercussões nos espaços legislativos e escolares.

Há várias possibilidades de se levar adiante as pesquisas nesta seara de gênero. Os Estudos Culturais da Educação e as pesquisas pós-críticas oferecem um modo de problematizar o currículo como artefato cultural – não como um conjunto de conteúdo ou uma *base comum curricular* -, *como produção de diferenças* e, a partir daí, descontinuar na textualidade desse artefato as relações de poder nele/por ele engendradas, e com elas as relações de gênero e sexualidade.

Essa trilha evidencia uma contextualização radical, nos termos apresentados por Eduardo Restrepo (2012). Os Estudos Culturais da Educação (ECE) possibilitam trazer para o centro da cena pedagógica o imbricamento das relações de gênero e poder que tensionam as linhas que tecem o currículo, concebendo-o como constructo sociocultural que carrega em si as correlações de forças que objetivam a produção dos modos de estar e pensar o/no mundo.

Os Estudos Culturais da/em/sobre Educação podem, então, ser imbricados/bricolados com os Estudos Foucaultianos construindo, assim, um objeto de estudo relevante, e próprio do campo educacional – mas não restrito a ele, afinal almeja-se desnaturalizar posições, brincar percursos metodológicos, positivar zonas de fronteira. É nessa direção que *gênero* e *currículo* se atravessam. Revisitemos estes conceitos-chave.

**Gênero** É lugar comum, entre as/os pesquisadoras/es, afirmar a dimensão histórica da emergência e do uso da categoria gênero - mesmo que isso não implique um fácil manejo, nem mesmo sua *vulgarização* nos mais diversos espaços. Neste texto assume-se gênero como “os processos por meio dos quais nos tornamos homens e mulheres em meio a relações de poder” (PARAÍSO, 2018b, p.24), sem negligenciar, contudo, outras dimensões práticas em que a categoria é agenciada. Na esteira de Joan Scott (1990, p. 21), gênero é entendido como “um elemento constitutivo de relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos”, bem como “uma forma primeira de significar as relações de poder” (SCOTT, 1990, p. 21), noção aprofundada quando se toma gênero em sua dimensão histórica, produtiva, forjada nas relações sociais. Com base em Michel Foucault, a categoria gênero remete a todas as formas de construção *social* – práticas e representações-, *cultural* – artefatos- e *lingüística* – posições de sujeito - implicadas no processo de diferenciação de mulheres e homens.

**Currícula** Concebido como “um campo de luta em torno da significação e da identidade” (SILVA, 2016, p.134), o currículo é tomado como um artefato histórico e cultural, por conseguinte, um artefato de gênero: uma construção que corporifica, ao mesmo passo que produz e materializa relações de gênero (SILVA, 2016). Nesse sentido, interessa problematizar as formas como o currículo trata as relações de gênero, atentando para as relações de poder que ali circulam, as formas que assumem e os mecanismos de resistência acionados, de modo que “o movimento analítico” siga pela via de “desmanchar dicotomias e desconstruir binarismos” (LOURO, 2004, p.34), sobretudo aqueles claramente essencializados, e assentados na materialidade dos corpos biológicos.

Chama-se a atenção daquelas/es que anseiam por se lançar na empreitada das pesquisas *decurrículos com gêneros*, para a naturalização das diferenças, que são impostas e que trazem consigo o processo incômodo e desigual de valorização dos elementos comuns à cultura hegemônica, que norteiam os rumos de uma sociedade normatizada pelo ser homem, branco, heterossexual, cristão, adulto, ocidental (MISKOLCI, 2005). Aquilo que foge a esse padrão acaba por ser simbolicamente desqualificado, invisibilizado, alvo de uma morte social - “vidas não vivíveis” (PARAÍSO, 2018b, p.24).

Desta forma, “a força homogeneizadora da identidade normal, [diria até vivível] é diretamente proporcional à sua invisibilidade” ideológica (SILVA, 2009). Todavia, assim como a identidade depende da diferença para se construir, a normalidade necessita do processo de construção do *anormal*, ou seja, o outro de si mesmo. Questionar as identidades e as diferenças como relações de poder significa problematizar os binarismos em torno dos quais elas se organizam, um questionamento que recai sobre o ato de *normalização* do hegemônico, que constitui em si um ato de poder.

No percurso de questionamentos dos binarismos, os movimentos feministas e LGBTTTQI avançaram, nas últimas décadas, nas lutas por acesso e igualdade de direitos. Desta feita o currículo emerge como um dos territórios onde a disputa é travada, como já apontado. A luta desses movimentos sociais tem sido por currículos mais afirmativos das identidades não hegemônicas, eles pressionam “para que entrem no território do conhecimento legítimo as experiências e os saberes [de suas] ações coletivas, para que sejam reconhecidos [como] sujeitos coletivos de memória, história e culturas” (ARROYO, 2013, p. 11). Currículos, gêneros, sexualidades são temas que afetam vidas: vidas que importam mas que são marginalizadas, silenciadas, invisibilizadas. E, por isso mesmo, precisam ser trazidas para o centro da escola e do currículo, pois dependem destes para que possam ter suas “vidas vivíveis” (PARAÍSO, 2018).

Dito isto, que nossas pesquisas atuais, e as futuras possam colocar à prova dos dados empíricos a construção político-discursiva da propalada *ideologia de gênero*, que consigamos pôr em ação um *currículo da/para a diferença*. Um currículo da diferença que se constitua em um processo de desconstrução dos discursos de controle, das normas estabelecidas (MACEDO, 2018). Entre as amarras a ser desconstruídas certamente estão os posicionamentos político-discursivos que espalham o pânico moral por meio do sintagma *ideologia de gênero* (CAMPANA; MISKOLCI, 2017; JUNQUEIRA, 2017).

## REFERÊNCIAS

ARROYO, Miguel G. **Currículo, território em disputa**. 5. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular** – versão final. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Brasília: MEC, SEB, 2017.

MISKOLCI, Richard; CAMPANA, Maximiliano. “**Ideologia de gênero**”: notas para a genealogia de um pânico moral contemporâneo. *Sociedade e Estado*. [online]. 2017, vol.32, n.3, pp.725-748.

CARVALHO, Maria Eulina Pessoa de; RABAY, Glória. **Usos e incompreensões do conceito de gênero no discurso educacional no Brasil**. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 23, n. 1, p. 119-136, 2015.

COSTA, Marisa Vorraber; SILVEIRA, Rosa Hessel; SOMMER, Luis Henrique. **Estudos culturais, educação e pedagogia**. *Revista Brasileira de Educação*. [online]. 2003, n.23, pp.36-61.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I. A vontade de saber**, tradução de Maria Thereza da C. Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. “**Ideologia de gênero**”: a gênese de uma categoria política reacionária – ou: a promoção dos direitos humanos se tornou uma “ameaça à família natural”? IN: RIBEIRO, Paula Regina Costa e MAGALHÃES, Joanalira Corpes (Org.). **Debates contemporâneos sobre Educação para a sexualidade**, Rio Grande: Ed. da FURG, 2017. 25-52pp

LOPES, Alice Casemiro; MACEDO, Elizabeth (Org.). **Currículo: debates contemporâneos**. 3.ed. São Paulo: Cortez, 2010.

LOPES, Alice Casemiro; MACEDO, Elizabeth. **Teorias do Currículo**. São Paulo: Cortez, 2011.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação**. Uma abordagem pós-estruturalista. Petrópolis: Vozes, 1997.

\_\_\_\_\_. **Um corpo estranho. Ensaio sobre sexualidade e Teoria Queer**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

\_\_\_\_\_. **Gênero e sexualidade: pedagogias contemporâneas**. *Pro-Posições* [online]. 2008, vol.19, n.2, pp.17-23.

MACHADO, Roberto. **Impressões de Michel Foucault**. São Paulo: n-1 edições, 2017. 240p.

MACEDO, Elizabeth. **Desigualdades na Educação**. IN: Seminário Desigualdades na Educação – Desafios para o ensino de ciências e saúde. Centro de Ciências da Saúde da Universidade Federal do Rio de Janeiro. 2018. (Informação verbal – Palestra online)

Miskolci, Richard. **Um Corpo Estranho na Sala de Aula**. In: Abramowicz, Anete; Silvério, Valter Roberto. (Org.). *Afirmando Diferenças: Montando o Quebra Cabeça da Diversidade da Escola*. 1ed.Campinas: Papirus, 2005, v. 1, p. 13-26.

PARAÍSO, Marlucy Alves. **Metodologia de pesquisas pós-críticas em educação e currículo: trajetórias, pressupostos, procedimentos e estratégias**. IN: MEYER, Dagmar Estermann e PARAÍSO, Marlucy Alves (Org.). **Metodologias de pesquisas pós-críticas em educação**. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2012.

\_\_\_\_\_. **Currículos, gêneros e sexualidades para fazer a diferença** IN: PARAÍSO, Marlucy Alves e CALDEIRA, Maria Carolina da Silva (Org.). **Pesquisas sobre Currículos, Gêneros e Sexualidades**. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2018a. 13-21pp

\_\_\_\_\_. **Fazer do caos uma estrela dançarina no currículo: invenção política com gênero e sexualidade em tempos do slogan “ideologia de gênero”**. IN: PARAÍSO, Marlucy Alves e CALDEIRA, Maria Carolina da Silva (Org.). **Pesquisas sobre Currículos, Gêneros e Sexualidades**. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2018b. 23-52pp

RESTREPO, Eduardo. **Estudios culturales y educación: posibilidades, urgências y limitaciones**. IN: *Estudios Culturais e educação: desafios atuais*. / Organização de Karla Saraiva e Fabiana Amorim Marcello. – Canoas: Ed. ULBRA, 2012. 87-100pp

SCOTT, Joan. **Gênero: uma categoria de análise histórica**. *Educação e Realidade*, Porto Alegre, v16, n2, p5-22, jun/dez., 1990.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo**. 3. ed.; 8 reimp. Belo Horizonte: Autêntica, 2016.

\_\_\_\_\_. **Alienígenas na sala de aula: Uma introdução aos estudos culturais em educação** Tomaz Tadeu da Silva (org.). 11.ed.; 3 reimp. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

\_\_\_\_\_. **Identidade e Diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais** Tomaz Tadeu da Silva (org.). Stuart Hall, Kathryn Woodward. 9 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.